

## A DIALÉTICA NA ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

**Flávio R. Kothe<sup>1</sup>**

frkothe@unb.br

Cabe perguntar se não apenas a arquitetura pode ser arte, mas também o urbanismo. Hegel sugeriu – na segunda parte da Estética, no sistema das artes – que a arquitetura foi se descobrindo como arte, deixando de ser apenas espaço construído, à medida que se deixou inspirar pela escultura. A Esfinge do Egito ou um obelisco são esculturas que, por suas dimensões, têm caráter arquitetônico; a pirâmide é uma arquitetura que tem o caráter de escultura; uma série de esfinges colocadas na entrada de um palácio também tem caráter arquitetônico, podendo-se acrescentar que, com o ajardinamento ao redor, tinha um caráter urbanístico. Tem-se falado, na tradição filosófica, de arquitetura como arte, como também na arte da jardinagem. Até que ponto o urbanismo pode ser arte?

Façamos um rápido estudo de caso: a Esplanada dos Ministérios, em Brasília, algo tombado e mundialmente conhecido. Em geral, as pessoas percorrem esse trecho, olham as construções sem olhar o todo. De tanto verem árvores, talvez não enxerguem a floresta de símbolos que aí está construída. A questão é saber se a Esplanada é a expressão de uma ideia, a representação sensível de uma ideia, e, assim, atende ao requisito do idealismo alemão, para se constituir numa obra de arte urbanística, formada por uma série de outras obras de arte, os espaços construídos.

Em geral se toma essa expressão como significando prédios. É preciso verificar, no entanto, que também se constroem espaços entre os prédios, constrói-se o espaço das relações entre eles. A noção de espaço deriva dos espaçamentos gerados pelas distâncias entre os prédios. Esses espaçamentos constituem uma sintaxe. É como se os prédios fossem palavras, as diferenças entre eles fossem sua morfologia, as distâncias formassem uma sintaxe, para que o todo fosse uma semântica. Qual é o recado disso?

A Esplanada é marcada, primeiro, pelos prédios dos ministérios, que formam o seu cerne, as costelas do seu corpo, que deve ter, então, ainda suas pernas, seus braços e sua cabeça. A espinha dorsal está no vazio dos seus gramados centrais. As ruas, as luzes, as vias subterrâneas de comunicação são como um sistema nervoso. A cabeça vai estar nos Três

---

<sup>1</sup> Flávio R. Kothe é professor titular de Estética na FAU/UnB, autor de obras sobre o cânone literário brasileiro, a narrativa trivial, a teoria literária e a arte comparada, tradutor de Nietzsche, Marx, Kafka, Benjamin, Adorno, Habermas e outros, autor de poemas, contos e novelas.

Poderes; os braços nos prédios do Itamaraty, para as relações externas, e do Ministério da Justiça, para as relações internas do país; as pernas podem ser imaginadas, por um lado, no conjunto da Catedral, Museu Nacional e Biblioteca Nacional, e, por outro, no conjunto do Teatro Nacional, seu Anexo e os museus que ainda terão de ser construído no espaço ora ainda vazio. As pernas permitem o andar, permitem que se mantenham as atividades: o lazer serve para repor as forças de trabalho. O todo forma um corpo, realizando o modelo de Vitruvius, de que o corpo humano é o modelo para as construções, só que, em vez de fazer isso, como ele havia pensado, em termos de um determinado prédio, tem-se essa analogia no conjunto dos prédios, na dimensão urbanística. Pela inclinação do terreno, por isso se destacar já que não foram feitos os açudes propostos por Burle Marx para toda a Esplanada a partir de uma fonte natural que havia onde hoje fica a Rodoviária, é como se ele estivesse de cabeça para baixo. É um gigante adormecido, conforme reza o Hino Nacional ao querer definir e exaltar o Brasil.

Os prédios dos ministérios – com a exceção de dois – marcam uma ordenação regular da Esplanada, dispostos simetricamente como se fossem grandes caixas de charutos retangulares. Representam a ordem, a uniformidade. Essa igualdade total deles entre si é pobre e totalitária, não admite variações dentro de si, parecem um batalhão de soldados em parada militar. São como habitações populares, como as senzalas dos escravos. Os servos são chamados de servidores, em vez de perucas usam gravatas e tailleurs. Estão aí para servir, para desempenhar uma função, sendo substituíveis depois de gastos, como se fossem peças de reposição fácil. Eles passam, os prédios ficam; o funcionário se vai, a função fica. Nada revolucionário, nada que valorize muito o trabalho.

Na parte abaixo dos caixotes dos ministérios, ficam, à direita, o belo prédio do Itamaraty, que é uma variação deitada de caixa, mas toda vazada, tornando-se o oposto das caixas (como são, ainda mais, a Catedral e o Museu Nacional, com suas formas arredondadas), e, à esquerda, o interessante prédio do Ministério da Justiça, que guarda uma recôndita semelhança, em forma simplificada, do seu vizinho de frente. A parte de baixo é completada e fechada pela cabeça pensante do país, os três prédios dos poderes: o Executivo no Palácio do Planalto; o Congresso, no H de homem, um símbolo fálico que é completado por duas bolas incompletas, e o pequeno prédio da Justiça, como se fosse de somenos importância. Essas três construções são bem diferentes entre si, sendo central o Congresso, como representação do povo. É uma proposta democrática, em que à representação popular se dá mais grandeza e elevação do que ao Executivo e ao Judiciário, órgãos como que derivados daquele. O cérebro é o Congresso.

Na parte de cima da Esplanada, à direita está o surpreendente e belo prédio da Catedral, que é o oposto dos caixotões dos Ministérios, ficando mais bonito por causa da feiura deles. Num país em que há a separação entre Igreja e Estado, não deveria haver uma igreja no lugar onde estão os poderes do Estado civil. Menos ainda deveria ele ser tomado por uma religião determinada se a constituição do país garante liberdade e igualdade de crenças (mas não de descrença, como se a liberdade não residisse nesta). Os tribunais também não deveriam ter símbolos religiosos em suas paredes: se os de uma religião são postos, deveria haver espaço para todos os das demais religiões também. Tendo símbolos determinados, eles declaram que são parciais e não respeitam a lei maior. O que deveria ter sido feito no lugar da catedral seria um observatório astronômico, para que o cidadão pudesse sempre ser lembrado da pequenez de seu planeta e de sua existência. A Catedral tem o formato de um tubo que se abre para o infinito; se ele é preenchido com a lente de uma religião determinada, a abertura se torna um fechamento. No lado direito de quem olha da Rodoviária, veem-se ainda os prédios do Museu Nacional, como se fosse um ovo meio enterrado no chão, fechando-se para a visão da Esplanada, e o discreto prédio da Biblioteca Nacional.

No lado esquerdo da parte de cima da Esplanada, está a pirâmide do Teatro Nacional, cuja forma é inadequada para as funções da construção. Em vez de uma forma, tem-se aí uma “fôrma”, algo imposto de cima para baixo e de fora para dentro. Em vez de a obra ser planejada de dentro para fora, conforme as leis da acústica, como foi a Filarmônica de Berlim, conseguiram fazer algo em que o som é ruim por toda parte, e não tem jeito de corrigir, pois o problema é estrutural, desdobrando-se nos materiais internos empregados. Sendo em forma de pirâmide, não consta, porém, que as múmias cantassem no Egito. A única sala boa é a que não foi planejada, a menor, feita num vão que sobrou. A imposição de uma “fôrma” tem algo de autoritário, prepotente, como se quisesse demonstrar o senhorio do homem sobre a matéria.

O que falta em toda a Esplanada é evidente: duas estações de metrô, para que os que nela trabalham ou tivessem questões a resolver pudessem se locomover. Essa questão não vai se resolver fazendo um estacionamento subterrâneo. O projeto inteiro do Plano Piloto e das cidades satélites está errado por três falhas primárias de concepção: a falta de metrô, tanto de superfície quanto, em alguns trechos, subterrâneo, a falta de ciclovias e de caminho exclusivo para motos. Tudo era possível de prever na década de 1950, já havia dezenas de anos de experiência em diversas metrópoles, mas esqueceram de fazer uns tracinhos, pois estavam preocupados em servir às montadoras de automóveis.

A cidade funcional não funciona. Tudo fica longe de todos. Ela funciona cada vez menos. Quanto mais ela se desenvolve, maior é a regressão da qualidade de vida nela. Ela é

hostil aos idosos e às crianças, ela gera a tirania do preço do metro quadrado exacerbado em função das distâncias que ela obriga a percorrer, gera o desconforto de longas viagens em meios inadequados. O erro é, porém, basicamente de concepção.

Na Esplanada dos Ministérios, como os prédios construídos na parte debaixo e de cima, do lado esquerdo e direito, são todos diferentes entre si, eles têm a mesmidade da diferença, a uniformidade do desigual, sua diferenciação contrasta com a uniformidade dos caixotões ministeriais, o que faz com que eles se tornem diferentes do que é diferenciado. Os iguais se mobilizam, sua uniformidade se torna simetria, e o que parecia pura diferença adquire uma espécie de igualdade. Os prédios que são diferentes se igualam por serem diferentes entre si e em relação aos que são uniformes, o que faz com o uniforme adquira um caráter de diferenciação. O uniforme passa a vibrar como simetria, como um cosmos em meio ao caos do desigual, como uma série de árvores do mesmo tipo em meio à floresta caótica.

Tem-se, portanto, na Esplanada, uma síntese dialética: a tese é proposta pelos prédios iguais dos ministérios; a antítese é formada pelos prédios diferenciados. Por outro lado, como o uniforme se mostra diferente em relação aos prédios diferenciados, como estes se tornam iguais por serem todos diferentes entre si e em relação aos que são uniformes, a tese se torna antítese e a antítese se torna tese. Como se espera que todos funcionem em conjunto, como os contrários se superam pela sua mútua negação, as diferenças se superam em função de uma unidade global. A Esplanada dos Ministérios é uma síntese dialética de contrários. Hegel e Marx se tornaram construção arquitetônica e urbanismo. É uma dinâmica em forma estática, um devir em estar, um vir a ser estando a ser.

O conjunto sugere, no entanto, algo bem menos subversivo. Nos prédios diferenciados estão os que mandam, os senhores, os governantes; nos prédios uniformes, os que obedecem, os servos, chamados de servidores. É a dialética de senhor e servo, conforme ela está na Fenomenologia do Espírito de Hegel, mas também a dialética dos donos dos meios de produção e daqueles que apenas têm as suas forças de trabalho para vender no mercado, como reconhecia Marx. O marxismo teria se tornado arquitetura e urbanismo.

A forma diz que os senhores, os governantes, estão nos prédios diferenciados, eles indicam quais os caminhos que devem ser percorridos, mandando, na parte de baixo da Esplanada (que seria o alto da cabeça do “Gigante Adormecido”), ficando a parte de cima, mais perto da rodoviária, para que eles se divirtam, se ilustrem e sejam abençoados no que fazem. Aos servos restam as oficinas uniformes do centro, como se fossem senzalas. Em vez de usar perucas ou grilhões, usam gravatas e *tailleurs*.

Em suma, a história brasileira se recupera, na casa grande dos prédios diferenciados e de melhor qualidade arquitetônica, restando a senzala dos ministérios para os novos escravos, os servidores públicos. Alguns destes, – como os diplomatas, os funcionários do Legislativo e do Judiciário, bem como os artistas, os padres e os bibliotecários – podem servir na casa grande, ou seja, nos prédios diferenciados, tornando-se as “crias da fazenda”, que são mais bem tratados, como também era habitual nos latifúndios brasileiros. Os salários mais opulentos mostram que são assalariados que ascenderam à condição de participantes dos lucros. Trata-se, portanto, de uma construção digna da história do país.

Os prédios uniformes dos Ministérios representam o princípio da Ordem. Eles a proclamam de modo concreto. É uma ordem que não muda, está para sempre aí, como a ordem que imperava na caverna platônica. Os que têm a vestimenta desse concreto agem como lhes é mandado, não estão aí para pensar por conta própria. Sua cidadania é não ter cidadania nem opinião. Quem está aí para pensar é aquele que habita o prédio diferenciado, onde a qualidade foi tornada concreta, concreto.

Nas construções diferenciadas, o senhorio manda, na parte dos prédios dos Três Poderes, e se diverte na parte dos museus, bibliotecas e teatros. Se o povo pode acessar o espaço da diversão palaciana é por tolerância e boa vontade do governante. Os espaços culturais são púlpitos em que se prega a ideologia do poder ou, ao menos, o que não for antitético a ele. A casta governante diz para onde o país deve caminhar, em que direção ele deve avançar. Pelo diferente é que realmente se pensa, quando se consegue perceber as diferenças sutis que existem onde parece imperar a igualdade e o que é o mesmo no fundo daquilo que se apresenta como diferenciado. É o que Pascal chamava de *l'esprit de finesse* e *l'esprit de géométrie*. Os prédios de qualidade, diferenciados, abrigam os senhores, as classes dominantes, que ditam qual deva ser o Progresso.

A Esplanada dos Ministérios representam e encenam em sua construção antitética o lema positivista posto na bandeira brasileira, Ordem e Progresso, que guarda sempre a sugestão de que somente a ordem é que garante o progresso, tanto é que essa palavra vem em primeiro lugar, como condição da segunda, mas mantém o alerta de que é preciso haver progresso para que a ordem possa ser mantida. Assim, direita e esquerda se veem representadas, podendo se dar as mãos na resultante de suas vontades. Há algo mais metafísico, no entanto, subjacente a essa divisão: o que está nas construções uniformes dos ministérios é o corpo administrativo, é a matéria, a corporeidade, o estado presente, enquanto que os prédios diferenciados representam o espírito, a alma, o transcendental. A duplicação metafísica do mundo está aí presente. É uma construção que reafirma a duplicação metafísica

do mundo: essa “vanguarda” reafirma a tradição. Ela não tem nada de ruptura com o platonismo. Pelo contrário, reafirma a ordem antiga das coisas. Ela só explicita isso ao colocar um templo onde não deveria haver nenhum.

Como um todo, a Esplanada expressa e concretiza as “ideias” de Ordem e Progresso, de união e cooperação entre servos e senhores, de unidade e diferenciação entre corpo e alma, de conjunção da matéria com o espírito. É um espaço urbano que se afirma como um templo da nacionalidade. A sacralização se dá em forma de tombamento histórico, patrimônio da humanidade. O sagrado se faz concreto e habita aquele espaço, uma variante da “ideia” de que “o Verbo se fez carne e habitou entre nós”.

Nenhuma dessas “ideias” é nova. Novo é fazer delas um projeto urbano tão rigoroso e consequente. A Esplanada é a representação sensível de ideias, de concepções de sentido da história e da relação entre homem e universo. Na visão que o idealismo alemão tinha da arte, é uma peça de urbanismo, constituída por várias peças arquitetônicas de caráter artístico, que no todo seria uma obra de arte global, um templo da brasilidade, o lugar sagrado de uma nação, como outros povos também já tiveram ou têm.

Se a “ideia” não é “nova”, se ela já foi expressa de modo mais amplo e denso em forma de ensaios, hinos, obras literárias, discursos ou músicas, será que esse espaço urbanístico se eleva ao caráter de arte? Haveria algo novo a ser dito por ele, inacessível a qualquer outra linguagem? Será que a sua linguagem é adequada, já que a maior parte das pessoas vê esse espaço a cada dia e parece não entender o que ele significa? Ou será a ideologia tanto mais eficaz quanto menos ela é reconhecida como ideologia? Não é melhor para ela disfarçar-se de arte ou espaço sagrado? Teria razão Hegel ao dizer que as pirâmides do Egito foram pobres como linguagem se para entender o que significavam foi preciso recorrer à literatura e à mitologia? Seria possível inverter isso e sugerir que o seu discurso em pedra foi mais perene, simples, direto, evidente e claro do que qualquer outra linguagem, para dizer como os egípcios pensavam que era a hierarquia social e quem devia ser preservado como de maior valor?

O Brasil é o único país que colocou um lema, positivista, na bandeira, como se os que o fizeram não tivessem entendido que a linguagem das bandeiras e dos brasões de armas tem seus códigos, mas não precisa de palavras. Horácio, o poeta romano, tem um poema em que ele compara a res publica com um barco, em que é preciso procurar manter o equilíbrio, não descambando de repente muito para um lado ou para o outro, mas que é preciso também movimentar os remos de tal maneira que no percurso a nave encontre o seu rumo e a sua estabilidade. Se a ordem é vista como condição para o progresso, fica ainda a sugestão de que

se não houver progresso também será cada vez mais difícil manter a ordem. Se a Esplanada dos Ministérios sugere como construção a união dialética da ordem com o progresso, a igualdade com a diversidade, então, mais que mera corporificação do lema Ordem e Progresso, ela seria a concretização de um princípio milenar de sabedoria de governança.

A diferenciação qualitativa da grande arte não consegue ser definida, embora possa ser sentida, percebida e intuída. Por mais corretas que sejam as análises de obras de arte, esse a mais da qualidade não consegue, em última instância, ser posto em palavras, em imagens, em gráficos, muito menos ele pode ser expresso por uma fórmula matemática. Se fosse possível, ele poderia ser convertido num algoritmo que alimentaria robôs. Os artistas seriam dispensáveis. As obras passariam a ser produzidas em série.

A arquitetura vem sendo ensinada como tecnologia, como fabricação de utensílios, não como arte. Ela está sendo concebida antes como um artesanato com técnicas avançadas de construção, como um design. A “venustas”, a beleza, aparece aí não como algo já inerente à estrutura da obra, à sua concepção basilar, e sim como um enfeite, algo que pode ser acrescentado ou retirado. O modernismo chegou a postular a eliminação de qualquer decoração e acabou gerando uma arquitetura de formas simplórias e cansativas.

Karl Solger achava que a arquitetura por excelência é o templo. Em vez de cada um apenas rezar sozinho no seu canto, os cultos são feitos em templos, para grandes agrupamentos, em que o comportamento de uns induz os outros ao mesmo tipo de postura. Todos se induzem mutuamente, como se houvesse uma grande corrente eletromagnética que gera um sentimento de elevação e agrado, permitindo a todos sentirem uma obra de arte coletiva, que está em todos e em ninguém, que tanto mais existe quanto menos ela é um ente singular. Ou seja, é preciso reexaminar (não re-ver) quais são os limites das artes.

Nietzsche falava do sentimento que monarquistas sentiam numa cerimônia na corte, a sensação que uma formação em parada militar provocava ou o que um grupo de jesuítas poderiam sentir ou provocar quando rezam juntos andando pelos corredores. Incluir ou excluir tais eventos do âmbito da arte significa, se não a existência implícita de um sistema das artes em quem julga, ao menos uma compreensão bastante precisa do que possa ser considerado artístico, o que seja um evento com a participação de fatores estéticos e o que é apenas uma projeção virtual que não tem validade como arte. Fica então a sugestão de que a distribuição de um conjunto de prédios, num urbanismo que usa a jardinagem, mas não se reduz a ela, pode ser arte. Fica ainda a sugestão de que a Esplanada dos Ministérios é a concretização dialética da noção de Ordem e Progresso, de união entre corpo e espírito, de identidade na diferença e de diferença na identidade.